

DRA. DAMARIS MOURA 4682/2022

Indica ao Sr. Governador que verifique a possibilidade e determine aos órgãos competentes a construção de 04 (quatro) poços artesanais com reservatório de água no município de Guareí.

4683/2022

Indica ao Sr. Governador que verifique a possibilidade e determine aos órgãos competentes a pavimentação da Estrada Municipal "João Pires de Campos" do município de Laranjal Paulista.

4684/2022

Indica ao Sr. Governador que verifique a possibilidade e determine aos órgãos competentes a aquisição de uma ambulância para uso do Centro de Atendimento à Mulher -CAM, no município de Mogi Guaçu.

4685/2022

Indica ao Sr. Governador que verifique a possibilidade e determine aos órgãos competentes o envio de maior efetivo e viaturas da Patrulha Escolar no município de Paranapanema.

Comissões

CONVOCAÇÕES

COMISSÃO DE SAÚDE

CONVOCAÇÃO

Convoco, nos termos regimentais e do Ato da Mesa nº 26, de 2021, as Senhoras Deputadas e os Senhores Deputados abaixo relacionados, membros desta Comissão, para uma Reunião Extraordinária a realizar-se no dia 16/08/2022, terça-feira, às 14:00 horas, no Ambiente Virtual, com a finalidade de deliberar a pauta anexa e tratar de outros assuntos de interesse da Comissão.

Membros Efetivos		Membros Substitutos
José Américo	PT	Dr. Jorge Do Carmo
Caio França	PSB	---
Adalberto Freitas	PSDB	Analice Fernandes
Patrícia Bezerra	PSDB	Barros Munhoz
Coronel Nishikawa	PL	André do Prado
Edna Macedo	REPUBLICANOS	Wellington Moura
Ataide Teruel	PODE	Murilo Felix
Itamar Borges	MDB	Léo Oliveira
Paulo Correa Jr	PSD	Marta Costa
Edmir Chedid	UNIÃO	Milton Leite Filho
Edson Giriboni	UNIÃO	---

Sala das Comissões, em 10/08/2022.

Deputada Patrícia Bezerra

Presidente

3ª Reunião Extraordinária

1 - Projeto de lei 810/2019 - Deputado Rodrigo Gambale - Cria serviço de podologia gratuito no âmbito do Estado. - Deputada Edna Macedo - favorável ao projeto e à emenda nº 01/2019

2 - Projeto de lei 912/2019 - Deputada Janaina Paschoal, Deputada Leticia Aguiar e Deputada Valeria Bolsonaro - Garantia de direito a acompanhante no pós-operatório aos pacientes submetidos à mastectomia, na rede pública ou privada de saúde do Estado. - Deputado José Américo - favorável

3 - Projeto de lei 1002/2019 - Deputada Maria Lúcia Amary - Estabelece diretrizes para implantação, pelos municípios, de grupos de promoção à saúde, no âmbito da Estratégia de Saúde da Família na Atenção Básica do SUS. - Deputado Adalberto Freitas - favorável

4 - Projeto de lei 1301/2019 - Deputada Leci Brandão - Institui a "Semana Estadual de Conscientização da Saúde da População Negra". - Deputado José Américo - favorável ao projeto com a emenda apresentada pela CCJR

5 - Projeto de lei 234/2020 - Deputada Dra. Damaris Moura e Deputada Marina Helou - Cria a Linha de Apoio aos Profissionais da Saúde - LAPS, em virtude da situação de calamidade pública decretada em decorrência do novo coronavírus causador da Covid-19. - Deputado Edson Giriboni - favorável

6 - Projeto de lei 538/2020 - Deputado Carlos Cezar - Torna obrigatória a realização do "Teste Molecular de DNA" em recém-nascidos para a detecção da Atrofia Muscular Espinhal - AEM. - Deputado Edson Giriboni - favorável

7 - Projeto de lei 127/2021 - Deputado Murilo Felix - Institui a Política Pública para Prevenção e Tratamento da Doença de Alzheimer. - Deputado Edson Giriboni - favorável

8 - Projeto de lei 208/2021 - Deputado Luiz Fernando T. Ferreira - Torna obrigatória a realização de testes de triagem neonatal na modalidade ampliada nos hospitais e maternidades do Estado. - Deputada Edna Macedo - favorável

9 - Projeto de lei 283/2021 - Deputado Carlos Cezar - Institui o Programa de Conscientização do Câncer de Cólon e da Importância da Colonoscopia para sua Prevenção e Diagnóstico Precoce. - Deputada Edna Macedo - favorável

10 - Projeto de lei 404/2021 - Deputado Thiago Auricchio - Institui a Campanha "Março Borgonha". - Deputado Edmir Chedid - favorável

11 - Projeto de lei 450/2021 - Deputado Rafa Zimbaldi - Institui o "Setembro Roxo", mês dedicado à realização de ações de conscientização e divulgação sobre a fibrose cística. - Deputado Edson Giriboni - favorável

12 - Projeto de lei 457/2021 - Deputado Paulo Correa Jr - Torna obrigatório o atendimento preferencial às pessoas com doenças neoplásicas malignas em todas as unidades de saúde do Estado e denomina-o como "Preferência Jameson Duarte". - Deputado Adalberto Freitas - favorável

13 - Projeto de lei 520/2021 - Deputada Janaina Paschoal - Concretiza a absoluta prioridade para a saúde das crianças mediante a garantia de atendimento por pediatra, seja no âmbito dos atendimentos feitos pelas equipes de Saúde da Família, seja nas Unidades Básicas de Saúde. - Deputado José Américo - favorável

14 - Projeto de lei 533/2021 - Deputada Adriana Borgo - Estabelece prioridade de atendimento médico aos profissionais da Segurança Pública do Estado vitimados em decorrência do exercício de sua função pública. - Deputada Edna Macedo - favorável

15 - Projeto de lei 564/2021 - Deputada Leci Brandão e Deputada Patrícia Bezerra - Institui a Política Estadual de Atenção Integral às Pessoas com Doença Falciforme e outras Hemoglobinopatias. - Deputado Ataide Teruel - favorável

16 - Projeto de lei 648/2021 - Deputado Afonso Lobato - Institui a "Semana Estadual Roberto Leal de Prevenção ao Câncer de Pele". - Deputada Edna Macedo - favorável

17 - Projeto de lei 703/2021 - Deputada Patrícia Bezerra - Cria o Programa de Navegação de Paciente para portadores de neoplasia maligna de mama. - Deputada Edna Macedo - favorável

18 - Projeto de lei 87/2022 - Deputado Jorge Caruso - Estabelece prazo de validade indeterminado para laudo médico pericial que ateste deficiências físicas, mentais, intelectuais ou sensoriais, de caráter irreversível ou incurável. - Deputado Coronel Nishikawa - favorável

PAUTA PARA DELIBERAÇÃO CONCLUSIVA

19 - Projeto de lei 1033/2019 - Deputada Valeria Bolsonaro - (CONCLUSIVA) Institui a "Semana Estadual da Conscientização sobre a Esquizofrenia". - Deputado José Américo - favorável, conclusivamente

20 - Projeto de lei 1126/2019 - Deputado José Américo - (CONCLUSIVA) Denomina "Francine Maia França" o Hospital Regional do Litoral Norte, em Caraguatatuba. - Deputado Coro-

nel Nishikawa - favorável ao projeto na forma do substitutivo apresentado pela CCJR, conclusivamente

21 - Projeto de lei 93/2020 - Deputado Enio Tatto e Deputado Carlos Giannazi - (CONCLUSIVA) Denomina "Padre Maurilio Maritano" o Hospital Geral de Pedreira, na Capital. - Deputado José Américo - favorável, conclusivamente

22 - Projeto de lei 777/2021 - Deputado Edson Giriboni - (CONCLUSIVA) Institui o "Dia do Instituto Butantan". - Deputado Edmir Chedid - favorável, conclusivamente

23 - Moção 223/2019 - Deputado Bruno Ganem - (CONCLUSIVA) Apela para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como para os líderes dos partidos com assento naquelas Casas Legislativas, a fim de que empreendam esforços para a apreciação e aprovação, com a maior brevidade possível, do Projeto de Lei nº 1738, de 2011, que institui a Política Nacional de Vacinação contra a Leishmaniose, prevendo a vacinação anual de animais com a finalidade de evitar a contaminação e o sacrifício dos cães doentes. - Deputado Edmir Chedid - favorável à Moção, conclusivamente

24 - Moção 268/2021 - Deputado Murilo Felix - (CONCLUSIVA) Apela ao Sr. Presidente da República a fim de que determine aos órgãos competentes a aquisição de óculos para crianças de 6 a 12 anos que sejam portadoras de problemas de visão. - Deputado José Américo - favorável à Moção, conclusivamente

25 - Moção 320/2021 - Deputada Márcia Lia - (CONCLUSIVA) Apela ao Sr. Governador para que amplie o número de leitos de UTI da Santa Casa de Misericórdia de São Roque, fomente a reabertura do Centro de Hemodiálise SUS, instale um mamógrafo, implante uma unidade AMÉ na microrregião de São Roque, agilize atendimentos para pacientes com câncer que aguardam atendimento pelo CROSS, viabilize a implementação das práticas integrativas e complementares na rede municipal de saúde de Mairinque, de um Centro de Atenção à Saúde da Mulher e de um Centro de Referência do Idoso, e contrate um Geriatra e um Gerontólogo para a rede municipal de Mairinque. - Deputado José Américo - favorável à Moção, na forma do substitutivo, ora apresentado, conclusivamente

PARA DELIBERAÇÃO (REQUERIMENTOS):
ITEM 26 - Requerimento CS nº 2/2022 de autoria do Senhor Deputado Edmir Chedid, em coautoria com a Senhora Deputada Patrícia Bezerra, em com o Senhor Deputado José Américo e com o Senhor Deputado Adalberto Freitas - Requer à Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 'que seja convidado o Senhor José Carlos Paludeto, Superintendente Estadual de São Paulo do Ministério da Saúde, para prestar informações sobre a falta de medicamentos de alto custo, de responsabilidade do Ministério da Saúde, na rede do Sistema único de Saúde - SUS.'

ITEM 27 - Requerimento CS nº 3/2022 de autoria do Senhor Dep. Carlos Giannazi - Requer, à Comissão de Saúde, a convocação de representantes da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (na figura de seu Diretor-Presidente, Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira) para que 'esclareça a esta comissão permanente sobre a situação do NIAPEA - Núcleo Integrado de Assistência, Pesquisa e Ensino em Audição da Unifesp, que enfrenta risco de despejo de seu local atual.'

ITEM 28 - Requerimento CS nº 8/2021, de autoria do Deputado Carlos Giannazi, para a 'convocação do Secretário de Estado da Saúde, cargo atualmente ocupado pelo Dr. Jean Gorinchteyn, para que esclareça o processo de vacinação para pessoas com deficiência (PCD).' Vistas: Dep. Patrícia Bezerra; Dep. Ataide Teruel; Dep. André do Prado; Dep. Murilo Félix

ITEM 29 - Requerimento CS nº 11/2021, de autoria do Deputado Douglas Garcia, de 'convocação do Senhor Secretário Estadual de Saúde, com o objetivo de prestar a esta Comissão informações sobre a falta de medicamentos nas farmácias de alto custo e insumos como fraldas e dieta para alimentação enteral, o que tem afetado milhares de pessoas.' Vistas: Dep. Ataide Teruel; Dep. André do Prado, Dep. Murilo Félix.

ITEM 30 - Requerimento CS nº 27/2021 de autoria do Senhor Dep. Douglas Garcia - Requer o 'convite do Senhor Secretário de Saúde do Estado de São Paulo, Jean Carlo Gorinchteyn, com o objetivo de prestar à Comissão de Saúde informações sobre qual foi o destino dos equipamentos adquiridos e utilizados nos hospitais de campanha após o fechamento dos mesmos, com relatório documental das destinações.' PARA CIÊNCIA (DOCUMENTOS DIVERSOS)

ITEM 31 - Ofício nº 043/21-06-2022/MARS recebido do Sindicato dos Trabalhadores da Universidade de São Paulo-Sintusp que requer o agendamento de uma reunião para tratar de denúncias de assédio moral que teriam ocorrido na Guarda Universitária, órgão da Superintendência de Segurança no Campus da Capital.

ITEM 32 - Ofício nº 116/2021 recebido da Secretaria Estadual de Saúde do Estado de São Paulo, que encaminha, via CDR-W, os arquivos dos Relatórios de Atividades das Organizações Sociais de Saúde, referentes ao 2º trimestre de 2021, em atendimento ao disposto na Lei Complementar nº 846/1998.

ITEM 20 - Ofício nº 96/2022 recebido da Secretaria Estadual de Saúde do Estado de São Paulo, que encaminha, via CDR-W, os arquivos dos Relatórios de Atividades das Organizações Sociais de Saúde, referentes ao 4º trimestre de 2021, em atendimento ao disposto na Lei Complementar nº 846/1998.

ITEM 33 - Ofício eletrônico GS nº 475/2022 recebido da Secretaria Estadual de Saúde do Estado de São Paulo, que encaminha cópia eletrônica do RELATÓRIO ANUAL DE SAÚDE (RAG) de 2021 e informa o encaminhamento do referido relatório ao Conselho Estadual de Saúde e ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em atendimento ao disposto no art. 36 da Lei Federal Complementar nº 141/2012. (mensagem eletrônica e seus anexos foram encaminhados aos Membros desta Comissão, na data de 22/02/2022).

ITEM 34 - Cópia do Ofício nº 1.581/2021, recebido da Câmara Municipal de Diadema/SP, que encaminha Requerimento digital nº 444-21 - REQUER a Douta Presidência daquela Casa de Leis, em conformidade com os termos regimentais, 'que seja registrado na ata da presente sessão uma MOÇÃO DE REPÚDIO às atitudes da Prevent ta de humanidade desta empresa, em relação aos idosos que morreram buscando atendimento e o direito a vida.'

ITEM 35 - Cópia da Moção nº 53/202. recebida da CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA/SP que 'Manifesta REPÚDIO aos ditos "Passaportes Sanitários"'

ITEM 36 - Ofício s/nº recebido da Câmara Municipal de Ouro Fino/MG, que solicita o apoio da Presidência desta Assembleia Legislativa, 'no sentido de encaminhar meu pleito ao Presidente da Comissão de Saúde desta casa, Nobre Deputada Estadual Patrícia Bezerra (PSDB), para que se estude a viabilidade de realizar uma Moção de apoio ao PL 4268/2019, que busca 'Instituir o Programa Nacional de Referência em Fisioterapia e Terapia Ocupacional"' 'o qual encontra-se desde o dia 16/10/2019 na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) na Câmara dos Deputados aguardando a relatoria do nobre Deputado Federal Pedro Westphalen (PP/RS).'

ITEM 37 - Ofício s/nº recebido da Câmara Municipal de Ouro Fino/MG, que solicita o apoio da Presidência desta Assembleia Legislativa, para que esta Comissão de Saúde elabore, aprove e expeça Moção de Apelo ao Senado Federal para 'aprovação das PLS 6209/2019 e 3740/2019'. Solicita ainda, 'que copia da mesma seja enviada a esse vereador no Estado vizinho de Minas Gerais.'

ITEM 38 - Cópia digital da Moção nº 24/2021, recebida da Câmara Municipal de Cristais Paulista/SP, de 'Apoio ao Governador do Estado de São Paulo, Exmo. Sr. João Doria e Vice-Governador, Exmo. Sr. Rodrigo Garcia, para que interceda no sentido de não fechamento dos HEMOCENTROS situados junto ao Departamento Regional de Saúde - VIII, sediado no município de Franca, bem como da Região de Ribeirão Preto.'

Debates

4 DE AGOSTO DE 2022

71ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: RICARDO MELLÃO

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE
1 - RICARDO MELLÃO Assume a Presidência e abre a sessão.
2 - CARLOS GIANNAZI Por inscrição, faz pronunciamento.
3 - PRESIDENTE RICARDO MELLÃO Comenta o discurso do deputado Carlos Giannazi. Repudia a aprovação do aumento de salário do prefeito de São Paulo.
4 - CARLOS GIANNAZI Por inscrição, faz pronunciamento.
5 - CARLOS GIANNAZI Por inscrição, faz pronunciamento.
6 - CONTE LOPES Por inscrição, faz pronunciamento.
7 - ADRIANA BORGÓ Por inscrição, faz pronunciamento.
8 - ADRIANA BORGÓ Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.
9 - PRESIDENTE RICARDO MELLÃO Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 05/08, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.
* * *
- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Ricardo Mellão.
* * *
- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

* * *

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MELLÃO - NOVO - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior, e recebe o expediente.

Aberto aqui o Pequeno Expediente do dia 04 de agosto de 2022, chamarei os oradores inscritos aqui, começando com o deputado Paulo Lula Fiorilo. (Pausa.) Deputado Castello Branco. (Pausa.) Deputada Márcia Lúlia Lia. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Major Mecca. (Pausa.) Deputado Carlos Giannazi, sempre presente.

Vossa Excelência tem o tempo regimental de cinco minutos. O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, nobre deputado Ricardo Mellão, telespectador da TV Assembleia, ontem eu acompanhei a aprovação, na Câmara Municipal, do Projeto de lei 428.

Tinha também acompanhado uma parte da audiência pública em torno desse projeto, as intervenções feitas pelas entidades representativas do funcionalismo público municipal, alguns vereadores, entre eles o vereador Celso Giannazi, que fez uma intervenção importante, denunciando todas as contradições desse projeto de lei encaminhado à Câmara Municipal pelo atual prefeito, Ricardo Nunes. E tem várias contradições.

A primeira delas é que o prefeito Ricardo Nunes se autoconcedeu um reajuste de 46% no seu salário e também um aumento salarial para os seus secretários, subprefeitos e cargos de confiança do alto escalão.

E, para os servidores públicos que estão atendendo à população, principalmente na periferia, nas escolas públicas, nos hospitais, na Segurança, na Assistência Social, nas casas de cultura, enfim, nos mais diversos equipamentos públicos, para esses apenas, no máximo, 5% de reajuste linear.

Sr. Presidente, a gente fica imaginando aqui o absurdo, porque São Paulo é uma cidade rica, uma cidade que tem um orçamento bilionário. Depois do orçamento da União o estado de São Paulo tem, talvez, o maior orçamento do Brasil.

Inclusive com muito dinheiro em caixa, a própria prefeitura anuncia mais de 30 bilhões em caixa, dinheiro investido no sistema financeiro, em bancos, mas a prefeitura não é banco.

Enquanto isso milhares de pessoas passam fome na cidade de São Paulo, pessoas morando em situação de rua, falta de investimento nas políticas públicas, nas políticas sociais e, sobretudo, esse arrocho salarial aos nossos servidores.

Então é um projeto que tem várias contradições, uma delas é essa. O estado não dá aumento nenhum, não dá reajuste, deu 10% pelo menos. Várias prefeituras que nem têm o orçamento adequado deram 10, 15, até 20%, e a cidade de São Paulo dá um aumento linear de apenas 5 por cento. Para o prefeito 46%, para os outros, no máximo 5 por cento.

E é um projeto, presidente, que, além disso, vai extinguir, vai colocar fim a mais de três mil cargos efetivos de pessoas concursadas. Vai extinguir esses cargos da Assistência Social, do Meio Ambiente, de várias secretarias, sobretudo da área da Saúde. Como é que pode extinguir cargos no momento em que a população mais precisa da prefeitura?

Nós estamos vivendo uma situação de calamidade pública: fome, miséria, desemprego, a carestia lá em cima e o prefeito vai extinguir cargos das áreas estratégicas da Assistência Social.

O projeto é extremamente nefasto nesse sentido e em outros também. É um projeto que afronta a isonomia salarial dos servidores, quebra a paridade e a integralidade dos vencimentos, enfim, é um projeto altamente contraditório, que tem que ser alterado.

Haverá ainda a próxima votação na semana que vem, nós vamos acompanhar junto com os servidores, sobretudo os servidores da Educação, dos quais eu faço parte. Vamos incentivar e mobilizar os servidores junto com as entidades representativas da Educação e de todo o funcionalismo municipal, para que o projeto seja alterado agora em uma segunda votação e incorpore as propostas apresentadas pelos servidores, pelas entidades e pelos vereadores de oposição.

Não dá, tem que incorporar os 46, tem que dar um reajuste de, no mínimo, 46% para repor as perdas inflacionárias, lembrando que, durante a pandemia, todos esses servidores trabalharam e trabalharam muito, se expõem. Muitos morreram, principalmente o pessoal da Saúde, da Assistência, da Segurança.

Tiveram os seus vencimentos congelados, tiveram benefícios importantes também congelados, como quinquênio e sexta parte. A evolução por tempo de serviço foi totalmente congelada e agora o prefeito vem com esse reajuste que afronta a dignidade dos nossos servidores.

É um escárnio, minha gente. O prefeito se autoconcede 46%, para ele e seus secretários, seus cargos de confiança, e para os servidores, no máximo, cinco por cento e olhe lá, de uma forma linear.

Então, queria fazer essas considerações e dizer que estaremos junto com os servidores municipais pressionando a Câmara Municipal e o prefeito, para que haja a alteração desse projeto e haja um reajuste digno de, no mínimo, 46%, porque foi o aumento, foi o reajuste do prefeito Ricardo Nunes.

Muito obrigado, presidente.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MELLÃO - NOVO - Deputado Giannazi, só um aparte. Esse reajuste, ele foi dado de 46% do salário do prefeito e dos secretários. Não foi aprovado um

projeto logo que o prefeito Bruno Covas foi eleito para reajustar o salário do prefeito já, acho que de 30 e poucos por cento, se não me enganou?

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - É o mesmo, na verdade. Esse é o projeto. Depois ele aprovou um projeto aumentando os salários também dos secretários, dos cargos de alto escalão.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MELLÃO - NOVO - Ah, tá. É o mesmo projeto?

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - É, é esse reajuste. O SR. PRESIDENTE - RICARDO MELLÃO - NOVO - É, eu pensei... Na época, inclusive, nós condenamos o reajuste. Quando o senhor falou, eu me assustei, eu pensei: "Será que além daquele reajuste, ele apresentou outro reajuste para o salário dele de novo?". Falei: "Não é possível, ele acabou de aumentar e vai aumentar de novo?". Entendi. Está explicado, era só essa dúvida. Eu já estava assustado aqui.

Bom, dando sequência à lista de oradores inscritos no Pequeno Expediente, convido a deputada Janaina Paschoal para fazer uso da palavra. (Pausa.) Deputado Jorge Lula do Carmo. (Pausa.) Deputada Marta Costa. (Pausa.) Deputado Edson Giriboni. (Pausa.) Deputado Rafael Silva. (Pausa.)

Deputado Maurici. (Pausa.) Deputado Coronel Telhada. (Pausa.) Deputado Luiz Fernando. (Pausa.) Deputado Marcos Damasio. (Pausa.) Deputado Conte Lopes. (Pausa.) Deputada Leticia Aguiar. (Pausa.) Deputado Gil Diniz. (Pausa.) Deputado Coronel Nishikawa. (Pausa.) Deputada Dra. Damaris Moura. (Pausa.)

Agora, seguindo com a lista suplementar, deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Coronel Telhada. (Pausa.) Deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, de volta à tribuna no dia de hoje, eu queria saudar todos os servidores e servidoras da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, porque hoje é o dia comemorativo dessa importante categoria profissional, que dá toda a sustentação para o funcionamento da Defensoria Pública. Sem esses servidores e essas servidoras não existiria a Defensoria Pública, ela não poderia funcionar.

Nós aprovamos a lei. Eu tive a oportunidade de apresentar o Projeto de lei nº 570, de 2013, que foi aprovado e sancionado pelo Executivo. Esse dia é comemorado exatamente hoje, dia 4 de agosto, através da Lei nº 14.966, de 2013. Então, quero fazer esta saudação.

Dizer que é um dia de celebração da data, do trabalho, mas um dia de luta também, um dia de resistência, porque os servidores da Defensoria Pública continuam com os salários arrochados, defasados.

Nós, anualmente, debatemos a questão orçamentária da Defensoria Pública e apresentamos emendas para que haja o aumento do orçamento da Defensoria Pública, que tem um orçamento pequeno, muito pequeno.

Um orçamento insuficiente que está muito aquém de atender as necessidades da nossa Defensoria, que defende a população, defende os mais pobres, as pessoas que não têm acesso à Justiça, as pessoas que não têm condições financeiras.

Então ela cumpre um papel importante, mas desde a sua fundação o governo tenta marginalizar a Defensoria Pública do ponto de vista orçamentário, eu digo, porque ela pode inclusive abrir ação civil pública contra o próprio governo quando ele não cumpre a sua função social, quando ele não faz os investimentos nas áreas sociais, na Educação, na Habitação popular, na Saúde.

Então a população requisita o trabalho da Defensoria; agora tem que aumentar. E todo ano eu apresento emendas para aumentar o orçamento da Defensoria e uma parte desse orçamento tem que ser destinada à valorização dos profissionais da Defensoria, dos servidores e das servidoras.

Então hoje é um dia também de luta, de cobrança. Nós queremos a melhoria das condições salariais, das condições funcionais, a melhoria da qualidade de trabalho, da jornada de todos os servidores da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Então hoje é o Dia do Servidor e da Servidora da Defensoria Pública, a Lei nº 14.966, de 2013, que eu tive o privilégio, a honra de ter aprovado aqui na Assembleia Legislativa.

Quero, ainda, Sr. Presidente, dizer que ontem nós tivemos uma vitória importante na Câmara dos Deputados, em Brasília. Eu me refiro aqui à aprovação do Projeto de lei nº 2.033, de 2022, que derrubou o rol taxativo da Agência Nacional de Saúde, aquele rol que foi debatido recentemente no STJ que limitava e impedia o tratamento das pessoas conveniadas aos planos de saúde.

Na verdade, esse rol taxativo beneficia só os grandes mercados empresários da Saúde, que transformaram a Saúde no Brasil em mercadoria e esse julgamento do STJ que eu citei recentemente beneficiou esse setor.

Mas a Câmara dos Deputados aprovou ontem um projeto derrubando esse rol taxativo, dizendo que não, os planos de saúde são obrigados a fazer os tratamentos também complexos, de doenças graves, de doenças raras, de pessoas com deficiência, a fazer os exames, a fornecer medicamentos caros, enfim, os tratamentos mais complexos e cirurgias que muitos planos se negam a fazer.

Então houve uma grande mobilização. Mesmo a pessoa pagando ali o seu convênio depois a pessoa fica excluída do tratamento. Então a decisão do STJ foi uma decisão que beneficiou os mercados da Saúde, os planos de saúde.

O projeto aprovado ontem no Congresso beneficia a população que paga convênio médico, que é uma população ainda pequena em vista de que usa o SUS, o Sistema Único de Saúde, que é o que nós defendemos no Brasil.

Nós queremos que o SUS, o Sistema Único de Saúde, seja financiado adequadamente e não subfinanciado como é hoje, porque se nós tivermos um Sistema Único de Saúde com recursos adequados muita gente vai sair desses planos de saúde, não vai precisar mais.

Então a nossa luta é em defesa do Sistema Único de Saúde, mas enquanto existe plano de saúde ele tem que atender a população, atender as pessoas com doenças raras e graves, atender com as cirurgias. Não tem que ter lista, rol taxativo. Isso é um escárnio total; é uma aberração que não pode ser aceita no Brasil.

O projeto segue agora, Sr. Presidente Ricardo Mellão, para o Senado Federal. E nós vamos pressionar o Senado, aprovar o projeto em caráter de extrema urgência para que as pessoas tenham acesso minimamente a esses tratamentos, que são, na verdade, negados por muitos e muitos convênios. Repito, pelos mercados da Saúde pública.

Então, queria fazer aqui esse registro, mas que nós vamos continuar a luta, que não terminou. Agora nós temos que aprovar no Senado Federal, nós estamos mobilizados, acompanhando e pressionando agora todos os senadores da República para que eles aprovelem imediatamente o Projeto de lei 2033, de 2022.

Sr. Presidente, só antes do levantamento da sessão queria fazer mais um pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MELLÃO - NOVO - Claro, deputado Giannazi. Por favor.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Olha, eu queria, Sr. Presidente, dizer que nós estamos perplexos com a falta de autonomia e de independência da Assembleia Legislativa. Na verdade, eu sempre estive, a população (Inaudível.), mas agora nós chegamos a um tal ponto de gravidade da situação que chega a ser patética e bizarra, porque nós estamos vivendo aqui uma situação talvez inusitada na Assembleia Legislativa em relação ao PDL 22, ao Projeto de decreto legislativo nº 22, que anula, que revoga o confisco das aposentadorias e pensões. Na prática revoga o Decreto 65.021.